



DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Anexo I

ANÁLISE JURÍDICA

I) referentes ao próprio PROPONENTE (MUNICÍPIO OU ESTADO):

I.I - Ofício Proposta, conforme dados da proposta previamente aprovada pelo Ministério das Cidades e publicada no sítio eletrônico deste (anexar formulário da proposta contemplada);

I.II - Lei autorizativa editada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo chefe do Executivo, indicando a origem orçamentária dos recursos da contrapartida do PROPONENTE;

I.III - Cópia autenticada do respectivo CNPJ;

I.IV - Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (arts. 25, §1º e 26, §1º, da LRF – Lei Complementar nº 101/2000);

I.V - Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (arts. 25, §1º e 26, §1º, da LRF – Lei Complementar nº 101/2000);

I.VI - Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (arts. 25, §1º e 26, §1º, da LRF – Lei Complementar nº 101/2000);

I. VII - Declaração de que os imóveis objeto das operações propostas se encontram livres e desembaraçados de qualquer ônus;

I.VIII - Declaração de que os eventuais créditos que detenha, aos imóveis vinculados, não se encontram caucionados ou gravados de qualquer forma perante terceiros;

I.IX - Declaração de que tem pleno conhecimento dos requisitos de inclusão e participação no Programa Minha Casa Minha Vida para Municípios com população até 50.000 habitantes e sua legislação aplicável;

II) referentes ao REPRESENTANTE DO ENTE PÚBLICO PROPONENTE, cópias autenticadas dos(as) respectivos(as):

II.I – Cópia autenticada de CPF;

II.II – Cópia autenticada de cédula de identidade;

II.III – Cópia autenticada de diploma expedido pela Justiça Eleitoral;

II.IV – Cópia autenticada de ata de posse no cargo;

II.V - Declaração da Câmara Municipal de que está em exercício à frente da Prefeitura.



III – referentes ao(s) imóvel(is) objeto das operações propostas:

III.I - Escritura Pública ou Título Aquisitivo do imóvel;

III.II - Certidão Negativa de Tributos e Impostos Municipais - cópia autenticada ou original;

III.III - Certidão(ões) imobiliária(s) da(s) respectiva(s) matrícula(s) individualizada(s), expedida(s) pelo(s) cartório(s) de registro imobiliário correspondente(s), com certificação acerca da existência de ônus ou gravame;

III.IV - Decreto expropriatório, em caso de imóvel submetido a processo de desapropriação.

III.V - Outros documentos relativos ao imóvel, se for o caso:

III.V.I - Comprovante de quitação do foro anual, dos últimos 3 (três) anos, ou Certidão de Remissão do Foro e Comprovante de pagamento do Laudêmio relativo à transação atual (se o imóvel for foreiro);

III.V.II - Declaração Negativa de Débitos Condominiais assinadas pelo síndico com firma reconhecida e a ata de assembléia que conste a eleição do síndico (se o imóvel estiver em regime de condomínio).

IV - Referentes ao empreendimento, Construtores e Engenheiros:

IV.I - Registro do(s) loteamento(s) e licença(s) ambiental(is) do ORGÃO FISCALIZADOR DO MEIO AMBIENTE, se tratar-se de conjunto(s) habitacional(is), ou Certidão do citado Órgão declarando a isenção do referido Registro.

Anexo II

ANÁLISE DOCUMENTAL

A Análise Documental observará as seguintes diretrizes:

- Reserva de 3% das cotas para beneficiários idosos;
- Prioridade à mulher responsável pelo domicílio;
- Atendimento aos portadores de deficiências físicas, previamente identificados.

I) BENEFICIÁRIO:

- Cópia do CPF;
- Cópia do RG;
- Comprovante de estado civil – cópia simples:

Se for solteiro (a):

- Certidão de nascimento + Declaração de União Estável Negativa (Modelo).

Se for viúvo (a):

- Certidão de casamento com averbação do óbito (ou acompanhada do atestado de óbito) + Declaração de União Estável Negativa (Modelo).

Se viver em União Estável:

- Certidão de Nascimento + Declaração de União Estável Positiva (Modelo).

Se for casado:

- Certidão de casamento.

Se for separado(a) ou divorciado(a):

- Certidão de casamento com a averbação da separação ou divórcio + Declaração de União Estável Negativa (Modelo).

Se for casado(a) no estrangeiro:

- Certidão de casamento traduzida por tradutor juramentado com firma reconhecida.

Se for casado(a) e o cônjuge estiver em lugar incerto:

- Certidão de casamento + Declaração de Cônjuge em lugar incerto (Modelo).
- Declaração de Estado Civil (Modelo);
- Comprovante de Renda familiar mensal bruta não superior a R\$ 1.395,00 (um mil e trezentos e noventa e cinco reais), observadas em todo caso as diretrizes do Ministério das Cidades, a serem disciplinadas em normativo próprio, quanto às regras de recebimento da subvenção máxima;
- Em caso de beneficiário analfabeto, acrescentar cópias de RG e CPF do Rogo;
- Ficha do Imóvel objeto da operação proposta, com endereço completo (Modelo);
- Cópia do comprovante de residência;
- Declaração de ciência de inclusão e enquadramento dos requisitos no PMCMV (Modelo).

II) CADMUT:

A CHB providenciará a inclusão dos beneficiários (previamente aprovados pela instituição financeira e pelo Ministério das Cidades, após a contratação da operação) no Cadastro Nacional de Mutuários - CADMUT. Para tanto, observará nos documentos apresentados em razão do Item I do Anexo II o seguintes dados:

- Nome completo;
- Numero do contrato;
- Data de nascimento;
- CPF;
- Identidade;
- Data do contrato;
- Endereço completo;
- Município e o código do município;
- UF.



OBS.: O cadastro do beneficiário no CADMUT em virtude de outros financiamentos imobiliários é fator de exclusão do beneficiário no PMCMV.

III) CADÚNICO:

É de responsabilidade do Município Proponente a inclusão dos beneficiários contratados no CADÚNICO, motivo pelo qual no ato da assinatura do Termo de Acordo e Compromisso o Proponente deverá apresentar o comprovante de inclusão dos beneficiários contemplados pelo aludido instrumento.

Anexo III

ANÁLISE TÉCNICA

Os documentos para análise técnica deverão observar os seguintes requisitos:

- Atender a portadores de deficiência com projetos ou soluções técnicas acessíveis ou adaptáveis;
- Nos casos que envolvam famílias indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais fazer análise e entendimento da especificidade social e institucional da área de intervenção;
- Adotar padrões mínimos de salubridade e habitabilidade;
- As unidades habitacionais devem conter as seguintes especificações: ter área útil de 32 m², sala, 02 quartos, banheiro, cozinha e área de serviço.

I. – Referentes aos Empreendimentos / Construtores / Engenheiros:

I.I – Ofício indicando o regime de execução das obras que poderá ser por meio de: administração direta ou autogestão assistida com utilização preferencial de mão-de-obra e de micros, pequenas e médias empresas locais; empreitada global, preferencialmente, por micros, pequenas e médias empresas locais; mutirão e autoconstrução;

I.II – O município deverá providenciar autorizações, alvarás, licenças e outras medidas necessárias à aprovação e viabilização dos projetos arquitetônicos e urbanísticos;

I.III – Laudo de avaliação do(s) imóvel(is), emitido por profissional habilitado e aprovado pelo Município, discriminando o valor total do investimento e o valor da contrapartida do setor público, com recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, aportados no processo de produção, todos esses valores rateados por unidade habitacional;

I.IV – Orçamento-resumo e discriminativo;

I.V – Cronograma físico – financeiro;

I.VI – Memorial descritivo das especificações técnicas;

I.VII – ART's de projeto, construção e fiscalização;

I.VIII – Projetos de engenharia, arquitetura e toda a infra-estrutura do(s) empreendimento(s) / da(s) unidade(s) habitacional(is) isolada(s);

I.IX – Croquis indicando a localidade de cada imóvel.



**DECLARAÇÕES PARA INCLUSÃO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV
PARA MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO LIMITADA A 50.000 HABITANTES**

Eu, _____,
nascido(a) em ___/___/___ portador(a) do CPF nº _____, **DECLARO**
perante à CHB Companhia Hipotecária Brasileira, sob as penas da lei que:

1. O imóvel objeto desta operação, situado na RUA

_____, CEP _____ BAIRRO _____
MUNICÍPIO DE _____ destinar-se-á à minha residência;

2. Minha renda mensal bruta não ultrapassa o montante de R\$ 1.395,00 (hum mil, trezentos e noventa e cinco reais);

2.1 Não fui beneficiado(a), a qualquer época, com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados à aquisição de unidade habitacional;

2.2 Não sou:

a) detentor de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do território nacional;

b) proprietário, cessionário, arrendatário dos programas do Governo Federal ou promitentes comprador de imóvel residencial urbano ou rural;

c) proprietário, usufrutuário, promitente comprador ou cessionário de imóvel(eis), residencial(ais), concluído(s) ou em construção, localizado(s) em qualquer parte do País, independente de ter(em) sido adquirido(s) com financiamento que se encontre(m) ativo(s) ou quitado(s).

3. Não transferi, sem a interveniência da instituição financiadora, na qualidade de promitente vendedor, saldo devedor de financiamento imobiliário firmado com utilização de recursos oriundos do Orçamento Geral da União em qualquer parte do País.

4. Estou ciente e concordo:

a) com as condições ajustadas e as exigências relativas à minha inclusão no PMCMV e, conseqüentemente, no CADMUT e no CADÚNICO;

b) em apresentar outros documentos que a instituição financeira julgar necessários à comprovação das declarações por mim prestadas.

5. Estou suficientemente esclarecido de que eventual falsidade nestas declarações, as quais são essenciais à minha inclusão no Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, ensejando o pedido de abertura do competente INQUÉRITO POLICIAL, responsabilizando-se ainda a devolver ao Tesouro Nacional os recursos da subvenção econômica recebida, acrescidos de correção monetária e juros devidos, e sujeitando-me às demais sanções cabíveis.

Local e Data

Assinatura do Beneficiário
(reconhecer firma da assinatura)



DECLARAÇÃO DE CÔNJUGE EM LUGAR INCERTO

Eu, _____, declaro para todos os fins e sob as penas da lei, que meu cônjuge _____ encontra-se em lugar incerto e não sabido, razão pela qual assumo integralmente o parcelamento do imóvel localizado à Rua _____, nº _____, Bairro de _____, na cidade de _____, objeto do contrato a ser firmado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida com a CHB – COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA.

Local, ____ de _____ de 200__.

Beneficiário

Nome

CPF nº

RG nº

TESTEMUNHAS:

Nome

CPF nº

RG nº

Nome

CPF nº

RG nº

OBS. IMPORTANTE: Anexar a essa declaração cópias de RG e CPF das testemunhas.



DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Nome, _____, nacionalidade _____ profissão _____, portador da Cédula de Identidade RG _____ expedida em ____/____/____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____

Nome, _____, nacionalidade _____ profissão _____, portador da Cédula de Identidade RG _____ expedida em ____/____/____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____

Nós, acima qualificados, declaramos, sob as penas da lei, que convivemos em união estável, de natureza familiar, pública e duradoura, e que a identidade de nosso endereço decorre desse fato, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Local e data, _____

Assinatura: _____ Assinatura: _____

Testemunhas:

Nome: _____

Nome: _____

RG: _____

RG: _____

CPF/MF: _____

CPF/MF: _____



DECLARAÇÃO PARA ANALFABETO

Eu, _____, assino a rogo do beneficiário (a) _____ inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº _____ e portador (a) do RG nº _____, uma vez que o mesmo tem plena ciência de todos os termos e cláusulas do Instrumento Particular de Operação de Parcelamento para Construção de Unidade Habitacional, em anexo, e conforme sua livre vontade, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que esta possa surtir seus efeitos legais e jurídicos.

Local, ____ de _____ de 200__.

A rogo do Beneficiário

Nome:

CPF nº.

RG nº.

TESTEMUNHAS:

Nome

CPF nº

RG nº

Nome

CPF nº

RG nº

OBS. IMPORTANTE: O beneficiário analfabeto deverá colocar a digital em todos os documentos e a pessoa que assinar como a rogo, colocar nome completo na frente da digital do beneficiário. Anexar a essa declaração cópias de RG e CPF do a rogo e das testemunhas.



DECLARAÇÃO NEGATIVA DE UNIÃO ESTÁVEL

Nome, _____, nacionalidade _____ profissão
_____, portador da Cédula de Identidade RG _____, inscrito(a)
no CPF sob o nº _____ declaro, sob as penas da lei, que não convivo em
união estável.

Local e data, _____

Assinatura: _____